

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 152

Período: 27/11/04 a 03/12/04

Franca – Brasil

- 1- **Arquivos da ditadura I:** Câmara dos Deputados cria comissão para regulamentar abertura
- 2- **Arquivos da ditadura II:** O extinto SNI possui 4 milhões de documentos
- 3- **Arquivos da Ditadura III:** Comissão avança no julgamento de indenizações
- 4- **Arquivos da Ditadura IV:** Tribunal decidirá sobre abertura dos arquivos do Araguaia
- 5- **Força de estabilização no Haiti I:** Reforço deve contar com dois mil soldados
- 6- **Força de estabilização no Haiti II:** ONU quer mais seis meses de missão
- 7- Tropas do Exército deixam a capital do Espírito Santo
- 8- Brasil e Paquistão assinam acordos de cooperação no combate ao terrorismo
- 9- Relatório sobre reforma da ONU será apresentado a Kofi Annan
- 10- Polícia Federal quer reforço das Forças Armadas em Foz do Iguaçu
- 11- Abin quer espiões nos moldes da CIA
- 12- Informações usadas por órgãos de inteligência são colhidas em jornais
- 13- Brasil quer tecnologia de satélite-espião
- 14- Fragata brasileira é atingida por navio argentino em operação de treinamento
- 15- Ministério da Defesa propõe cisão das companhias aéreas em crise
- 16- Exército divulga nota sobre a Intentona Comunista
- 17- José Alencar assina documento que limita a compra de balas de arma

Arquivos da ditadura I: Câmara dos Deputados cria comissão para regulamentar abertura

O jornal *O Globo* noticiou que, após a polêmica causada pela divulgação de supostas fotos do jornalista Vladimir Herzog num dos centros de repressão da ditadura – o DOI-CODI -, a Câmara dos Deputados decidiu criar uma comissão especial para avaliar a abertura dos arquivos secretos do regime militar (1964-1985). A *Folha de S. Paulo* afirmou que a Comissão de Arquivos da Ditadura da Câmara, presidida pelo deputado Mário Heringer, iniciou seus trabalhos essa semana. Segundo o deputado, os argumentos contra a abertura dos arquivos do regime militar não têm fundamento porque nem as vítimas e nem os culpados serão expostos. O jornal informou que o ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, irá se reunir com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a criação de um grupo de trabalho interministerial para estudar a abertura dos arquivos. O Exército decidiu não se pronunciar. De acordo com o *Jornal do Brasil*, o objetivo desta comissão é avaliar os projetos existentes a respeito do tema que já estão em tramitação, e propor um projeto de lei para regulamentar a abertura dos arquivos, sem que isto crie um desconforto entre o governo e as Forças

Armadas. Além disso, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a comissão deverá rever o decreto baixado no ano de 2002 pelo Ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o qual prorrogou por tempo indeterminado o sigilo dos documentos ultra-secretos do regime militar. A *Folha de S. Paulo* relatou que, segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o Presidente Lula é quem determinará o ritmo e a maneira de dar início à abertura dos arquivos, não cedendo a pressões. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/11/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 30/11/04; Jornal do Brasil – Brasil – 27/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/11/04; O Globo – O País – 27/11/04; O Globo – O país – 30/11/04).

Arquivos da ditadura II: O extinto SNI possui 4 milhões de documentos

Em coluna publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Josias de Souza informou que o juiz federal de Guaratinguetá (no estado de São Paulo), Paulo Alberto Jorge, determinou ao governo federal, no dia 11 deste mês, que seja entregue à Justiça todos os documentos secretos do Exército; e no dia 24 requisitou também os arquivos da Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Agência brasileira de informações (Abin). Segundo o jornalista, o juiz deseja expor todos os documentos da ditadura, cujo segredo não esteja previsto em lei. No entanto, a divulgação pressupõe a análise prévia de cada documento e tal medida demandará muito tempo, considerando-se que só os relatórios dos agentes da inteligência do regime militar somam cerca de 4 milhões de páginas escritas, além de centenas de fotografias que foram preservadas em papel. Ao ser informado do grande volume dos documentos, o juiz Alberto Jorge disse que ao requisitar os arquivos não tinha noção da quantidade dos mesmos e completou dizendo que cabe à União determinar quais papéis devem ser mantidos sob sigilo. O juiz disse ainda que não aceitaria desculpas e declararia qualquer ação contrária à abertura inconstitucional dos arquivos. De acordo com a coluna, a Advocacia Geral da União (AGU) está trabalhando contra a decisão do juiz. Ademais, alguns auxiliares do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva acreditam que as decisões de Alberto Jorge cairão na segunda instância do Judiciário. O jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que nenhum levantamento centralizado permite saber quantos prisioneiros foram torturados por razões políticas. Uma das comissões em funcionamento no Ministério da Justiça já estudou 323 nomes e ainda estuda 91 casos. Outra já concedeu 3.106 indenizações a pessoas prejudicadas pela ditadura. Há ainda 60 mil requerimentos a serem examinados. As comissões estaduais só terão seus casos totalizados em 2005 pelo governo federal, informou a *Folha*. (Folha de S. Paulo – Brasil – 28/11/04; Folha de S. Paulo – Mundo - 30/11/04).

Arquivos da Ditadura III: Comissão avança no julgamento de indenizações

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o secretário especial de Direitos Humanos da Presidência, Nilmário Miranda, declarou que o governo organizará um livro com a relação dos mortos durante a ditadura militar. Segundo o jornal, esta será a primeira vez no Brasil que um documento oficial trará uma lista das vítimas da repressão. O documento deverá conter os nomes e as histórias de todos os casos examinados pela Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos Políticos e para

tanto, haverá colaboração da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que mantém relatórios produzidos pelo extinto Serviço Nacional de Informação (SNI). Esta mesma Comissão aprovou a indenização aos parentes da ex-guerrilheira Iara Lavelberg, mulher do Capitão Carlos Lamarca. A resolução contraria a decisão de 1998, em que a mesma Comissão não reconheceu a culpa do Estado pela sua morte (em agosto de 1971), já que foi argumentado que ela havia cometido o suicídio durante um cerco policial. Graças a um acordo entre o novo presidente da Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos Políticos, Augustino Veit e o ministro-chefe do Gabinete da Segurança Institucional, general Jorge Félix, o acesso da Comissão aos arquivos secretos da ditadura militar poderá ser realizado antes mesmo das mudanças no decreto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que prorrogou por tempo indefinido o sigilo dos arquivos secretos do governo. Um primeiro lote destes documentos será liberado pela Abin à Comissão, que deve utilizá-los para conduzir processos em andamento e rever casos já julgados. Com a ajuda da Abin, Miranda afirmou esperar que o trabalho da Comissão se encerre até abril do próximo ano. (Folha de S. Paulo – Brasil – 02/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/11/04; O Globo - O País – 01/12/04).

Arquivos da Ditadura IV: Tribunal decidirá sobre abertura dos arquivos do Araguaia

A *Folha de S. Paulo* informou que o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª. Região decidirá, em uma sessão pública na segunda-feira (06), se o governo terá ou não que abrir os arquivos da guerrilha do Araguaia. O processo que solicita a abertura foi movido em 1982 por parentes de guerrilheiros mortos. O TRF afirmou que este arquivo era aberto ao público, mas foi tornado sigiloso por uma ordem judicial condicionada à apresentação de um relatório pela União. O desembargador federal Souza Prudente, relator do caso, derrubou a quebra do sigilo, já que o relatório não foi entregue. Uma reportagem de *O Estado de S. Paulo* afirmou que a abertura dos arquivos da ditadura está sendo adiada em virtude de uma divisão na cúpula do governo federal acerca do destino dos arquivos secretos da ditadura militar, em posse da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). De acordo com o jornal, a decisão, apesar de receber respaldo dos ministros que tratam do assunto, esbarra no alerta do chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, de que algumas informações dos arquivos poderiam constranger antigos opositores do regime militar, atualmente atuantes no governo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 02/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/11/04).

Força de estabilização no Haiti I: Reforço deve contar com dois mil soldados

O *Jornal do Brasil* publicou que a Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti (Minustah) receberá um reforço de dois mil soldados, segundo o comandante desta missão, o general brasileiro Augusto Heleno. Os soldados, que deverão chegar ao Haiti no final do ano, contribuirão para aumentar a eficiência da força de estabilização, que recebe críticas por não estar conseguindo conter manifestações

armadas nos bairros mais pobres da capital, Porto Príncipe. Entretanto, o general Heleno afirmou que grande parte das críticas é estimulada pela imprensa local haitiana, fato que contribui para o aumento do pânico. (Jornal do Brasil – Internacional – 27/11/04).

Força de estabilização no Haiti II: ONU quer mais seis meses de missão

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu renovar por seis meses a missão de paz no Haiti, contrariando as expectativas dos países participantes da operação que queriam a renovação por mais um ano e meio. Mas, para o governo brasileiro, a decisão não impede que, ao final de seis meses, haja nova prorrogação. A decisão, apoiada pelos Estados Unidos e China, foi criticada pelo Brasil e Espanha que, no entanto, votaram a favor dela já que apóiam outras medidas contidas na resolução. A resolução pede mais auxílio financeiro ao país e a inclusão de forças políticas que evitaram o uso da força no processo eleitoral que deve ocorrer em novembro de 2005, informou o jornal. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 30/11/04*; *Folha de S. Paulo – Mundo – 01/11/04*; *O Globo – O Mundo – 01/11/04*).

Tropas do Exército deixam a capital do Espírito Santo

Segundo os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, as tropas do Exército que foram acionadas para controlar os ataques aos ônibus do transporte coletivo na capital do estado de Espírito Santo, Vitória, foram substituídas pela Força Nacional de Segurança (FNS), composta por 150 policiais de elite treinados para agir em situações emergenciais ou quando há urgência na prestação de reforço em alguma área estadual. Criada este ano, esta será a primeira atuação da Força Nacional. De acordo com *O Globo*, a solicitação da FNS foi feita pelo governador do Estado, Paulo Hartung, num momento em que o estado do Espírito Santo enfrenta uma situação delicada em seu sistema de segurança e prisional. Depois da destruição de dez ônibus na semana passada, o que ocasionou o pedido de tropas federais, houve chacina de presos, rebelião e fuga em massa de algumas penitenciárias. *A Folha de S. Paulo* informou que a força será coordenada pela Secretaria da Segurança e Polícia Militar. Segundo o jornal, os comerciantes fecharam as portas, após a ocorrência de dois atentados contra lojas. Apesar disso, o governador afirmou, em ofício, que a “ordem pública” no estado está restabelecida desde o dia 22, devido à presença de tropas do Exército nas ruas, publicou a *Folha*. Segundo *O Globo*, os soldados do Exército patrulharam ruas e terminais rodoviários, e conseguiram restabelecer a ordem na região da Grande Vitória. O papel da FNS agora será a atuação no policiamento ostensivo na região da Grande Vitória, combatendo principalmente o tráfico de drogas, o roubo de cargas e o crime organizado. O governador Hartung afirmou ainda que nenhuma polícia estadual consegue lidar com esse tipo de problema sozinha. A Força Nacional não tem prazo para deixar o Espírito Santo. A decisão será do governo capixaba. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* louvou a iniciativa de emprego da Força Nacional de Segurança na substituição do Exército para guardar a ordem.

De acordo com o jornal, esta função não caberia a militares, que também não são treinados para tal. Ademais, para o jornal, o contato das Forças Armadas com o crime nas cidades pode expô-las a uma contaminação indesejável. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 27/11/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/11/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 30/11/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/12/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/11/04; Folha de S. Paulo – Opinião – 02/11/04; Jornal do Brasil – Brasil – 27/11/04; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 27/11/04; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 01/12/04; O Globo – O País – 27/11/04; O Globo – O País – 29/11/04; O Globo – O País – 30/11/04; O Globo – O País – 01/12/04).

Brasil e Paquistão assinam acordos de cooperação no combate ao terrorismo

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente do Paquistão, general Pervez Musharraf, assinaram uma série de acordos de aproximação entre os dois países. No encontro, dia 29, Lula destacou as iniciativas de combate ao terrorismo, especialmente o acordo bilateral firmado na ocasião contra o narcotráfico e crimes conexos, os quais são considerados ilícitos e que financiam os atos terroristas. O presidente brasileiro declarou que Brasil e Paquistão trabalham juntos para fortalecer o multilateralismo e o respeito ao direito internacional. *O Estado de S. Paulo* noticiou que ambos países são membros rotativos do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), no entanto, o Paquistão não apóia a criação de novas cadeiras permanentes no Conselho. (Folha de S. Paulo – Brasil – 29/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 30/11/04).

Relatório sobre reforma da ONU será apresentado a Kofi Annan

O jornal *O Globo* informou que, após um ano de sua nomeação, a comissão formada por 16 autoridades responsáveis por estudar a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentará ao secretário-geral da organização, Kofi Annan, um relatório contendo as propostas de reforma. De acordo com o jornal, a questão chave da reforma é a ampliação de 15 para 24 membros do Conselho de Segurança (CS) da organização. A reforma do Conselho também é o objeto central do interesse do Brasil, que pretende se tornar seu membro permanente. A comissão elaborou duas propostas para a escolha dos novos membros do CS. Uma delas, a preferida pelo Brasil, mais cinco países passariam a ser membros permanentes, além dos cinco atuais, que são Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, China e Rússia. O número de países rotativos também seria ampliado de dez para 14, com mandato de dois anos. Na outra possibilidade, além dos cinco atuais membros permanentes e dez rotativos, seria criado um grupo de cinco ou seis países semi-permanentes, eleitos para mandatos de cinco anos, com possibilidade de serem reeleitos por mais cinco anos. Em qualquer das duas hipóteses, o poder de veto permanecerá somente com os atuais cinco membros permanentes. O embaixador Ronaldo Sardenberg, chefe da missão brasileira na ONU, avaliou que a primeira proposta seria a melhor porque a segunda criaria uma luta eleitoral permanente em todas as regiões do mundo. Em setembro

passado, na Assembléia-Geral da ONU, o Brasil criou juntamente com Alemanha, Japão e Índia um grupo de países candidatos a membros permanentes do Conselho, o G-4, deixando clara a necessidade de incluir um país africano para que os cinco continentes estejam representados. A candidatura brasileira já recebeu apoio da França e da Rússia. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, na avaliação de assessores do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim a briga pelo direito de veto pode atrapalhar a reforma do Conselho, portanto é preferível deixar essa discussão para o futuro, informou o jornal. Mesmo que se torne membro permanente da ONU, o Brasil continuará a contribuir com cerca de US\$28 milhões para a organização já que a contribuição varia conforme o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Segundo *O Estado de S. Paulo* qualquer alteração no Conselho de Segurança precisa dos votos de dois terços dos 191 membros da Assembléia Geral para ser aprovada e depois deve ser ratificada pelo Parlamento de dois terços dos países. (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/11/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 02/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/11/04; O Estado de S. Paulo – 02/11/04; O Globo – O Mundo – 29/11/04; O Globo – O Mundo – 02/11/04).

Polícia Federal quer reforço das Forças Armadas em Foz do Iguaçu

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal sugeriu que o governo federal enviasse as Forças Armadas para reforçar o combate ao contrabando de mercadorias, do Paraguai para o Brasil, em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. Segundo o jornal, desde que foi intensificada a fiscalização na ponte da Amizade, na fronteira com o Paraguai, a ponte tem sido bloqueada por comerciantes e mototaxistas. As autoridades afirmam que o que já foi uma atividade de pequenos comerciantes se tornou um negócio dominado pelos traficantes e contrabandistas, movimentando US\$1,5 bilhões ao ano. A *Folha de S. Paulo* informou que os ministérios da Defesa e da Justiça ainda estão analisando a possibilidade de enviar militares para a região. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 30/11/04).

Abin quer espões nos moldes da CIA

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) pediu à agência de inteligência dos Estados Unidos (CIA) informações para a criação, no Brasil, da Academia Nacional de Inteligência. Também há previsão para cursos de agentes brasileiros no JMIC (Joint Military Intelligence College), faculdade especializada em inteligência nos Estados Unidos. O jornal informou que a Abin está passando por uma crise financeira e pessoal e que os concursos para o órgão possuem alto grau de evasão devido aos baixos salários. O órgão foi criado para substituir o Serviço Nacional de Informação (SNI) e sua função é subsidiar a Presidência da República com informações estratégicas. Mauro Marcelo de Lima e Silva, no jornal dos cem dias de sua gestão na agência, revelou a existência de três eixos estratégicos nas mudanças da agência: maior presença da Abin no país; maior participação no exterior e reformulação da estrutura organizacional. (Folha de S. Paulo – Brasil – 30/11/04).

Informações usadas por órgãos de inteligência são colhidas em jornais

A colunista Eliane Cantanhêde da *Folha de S. Paulo* afirmou que, segundo o general Jorge Armando Félix do Gabinete de Segurança Institucional, cerca de 90% das informações usadas pelos órgãos de inteligência são colhidas em jornais. Os outros 10% seriam obtidas através de informantes, grampo telefônico e operações de campo da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). (*Folha de S. Paulo - Opinião – 30/11/04*).

Brasil quer tecnologia de satélite-espião

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Brasil pretende conseguir, ao longo dos próximos dez anos, uma parceria com a China ou Israel para desenvolver um satélite com capacidade equivalente a satélites-espiões. Essa recomendação está em um dos cinco relatórios da revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae) que está sendo coordenado por Luiz Carlos Miranda, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Foram criados cinco grupos técnicos que avaliam diferentes segmentos do programa espacial. O relatório determina como prioridades a manutenção do programa Satélite Sino – Brasileiro de Recursos Terrestres (Cbbers) e o desenvolvimento de sensores de porte similar, para depois partir para o satélite de alta resolução que, apesar do potencial, não será usado para fins militares. O grupo de trabalho em telecomunicações indicou a compra de satélites geoestacionários, úteis para telecomunicações e defesa. O jornal informou que o relatório recomenda a aquisição de dois satélites orçados em US\$ 600 milhões. Um memorando assinado este mês entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Vladimir Putin, da Rússia, prevê a cooperação entre os dois países nessa área, além do desenvolvimento de lançadores de satélites. Os relatórios também ressaltam o trabalho das espaçonaves já em desenvolvimento no Inpe (a Equars, um satélite equatorial de observação da Terra, e Mirax, um detector de raios X de origem cósmica), além da criação de uma política de desenvolver um satélite a cada dois anos. Esse projeto teria um financiamento de cerca de US\$100 milhões do Pnae. O grupo também apontou o desenvolvimento do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, afirmou a *Folha*. Outro elemento discretamente mencionado é a participação do Brasil na Estação Espacial Internacional, único elemento que tem como responsável direto a Agência Espacial Brasileira (AEB). A *Folha de S. Paulo* apurou que no acordo entre Brasil e Estados Unidos de 1998, o tenente-coronel Marcos Pontes treinaria no Centro Espacial Johnson, em Houston (EUA), e em troca o Brasil forneceria algumas peças a serem colocadas no ônibus espacial. (*Folha de S. Paulo – Ciência – 30/11/04*).

Fragata brasileira é atingida por navio argentino em operação de treinamento

Segundo a *Folha de S. Paulo*, durante treinamento conjunto das Marinhas da Argentina e do Brasil, entre as cidades de Itajaí (Santa Catarina) e Cabo Frio (Rio de Janeiro), ocorreu um incidente em que o contratorpedeiro argentino Sarandi fez vários disparos de canhão contra a fragata brasileira Rademaker. Os navios

participavam pela 23ª vez de um exercício apelidado de “Operação Fraternal”. No entanto, essa foi a primeira ocorrência grave nesse tipo de exercício conjunto das forças militares brasileiras e argentinas. Durante o treinamento, na noite do dia 30, o navio argentino deveria ter atirado numa granada iluminativa lançada pela fragata brasileira. Mas devido a um erro de alvo a placa da embarcação Rademaker foi atingida. Os estilhaços teriam deixado feridos quatro militares da Marinha do Brasil e um oficial argentino, que estava embarcando como observador. Segundo nota divulgada pela Marinha, os cinco militares feridos foram transportados de helicóptero para o Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, onde receberam atendimento. Em nota posterior, a Marinha também divulgou, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, que três dos militares acidentados já tiveram alta e dois permanecem internados no mesmo hospital em estado clínico estável. Diante do ocorrido, a Marinha instaurou um inquérito Policial Militar (IPM), com prazo de 40 dias para ser concluído. (Folha de S. Paulo – Brasil - 01/12/04, Jornal do Brasil – Cidade- 01/12/04, O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/12/04, O Globo – O País – 01/12/04).

Ministério da Defesa propõe cisão das companhias aéreas em crise

Segundo *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa José Alencar revelou o plano que lhe foi entregue para avaliação sobre a reestruturação das empresas da aviação comercial. O objetivo era ouvir sugestões dos envolvidos, antes de tomar qualquer atitude definitiva. A proposta pede uma autorização para que todas as empresas do setor aéreo que estivessem em crise financeira, tal como a Varig, promovessem sua divisão. Uma das partes ficaria com as dívidas, com os credores privados e públicos que seria liquidada extrajudicialmente e a outra seria assumida por novos investidores que teriam acesso a financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para o pagamento de demissões de funcionários. Entre aqueles que não concordaram com a proposta, o presidente da Varig, a classificou como injusta. A divulgação sobre a idéia não foi provida de maiores detalhes. (O Estado de S. Paulo – Economia – 01/12/04, O Globo – Economia – 01/12/04).

Exército divulga nota sobre a Intentona Comunista

O Exército divulgou, no dia 27, um discreto texto sobre o aniversário da Intentona Comunista, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*. A nota teria como fim homenagear a memória dos soldados e mostrar que estavam superadas as desavenças passadas. Destacou ainda que a lembrança intentaria estimular ressentimentos. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 01/12/04).

José Alencar assina documento que limita a compra de balas de arma

De acordo com *O Globo*, já estão em vigor as novas regras assinadas pelo Ministro da Defesa, José Alencar, que autorizam qualquer pessoa que tenha arma registrada, a comprar até 300 balas por ano. A assessoria de imprensa do Ministério da Defesa informou ao jornal *O Globo* que o texto foi preparado pelo Comando do Exército. Alencar também assinou um documento que autoriza os

Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica a emitir certificado de registro de arma de fogo, que servirão como uma autorização de porte de arma. (O Globo-O País – 01/12/04).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O *Informe Brasil* é uma produção do **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.